

LEO STRAUSS E A MALDADE CAMUFLADA DE MAQUIAVEL

LUÍS ALVES FALCÃO

*Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

*...quelle speculazioni d'Iddio in speculazioni del mondo [l'uomo] converte. [...]
Ma noi siamo ingannati dalla libidine, involti nelle errori e involuppati ne' lacci
del peccato, e nelle mani del Diavolo ci troviamo.
Machiavelli, Esortazione alla penitência*

*We must read them according to those rules of reading which he
regarded as authoritative.
Leo Strauss*

A surpreendente erudição e originalidade das interpretações feitas na obra de Leo Strauss não deixam esconder a obscuridade por trás de suas colocações. Dividida em poucos livros, muitos deles coletâneas de ensaios e artigos, publicações esparsas, cartas e comunicações acadêmicas, o trabalho straussiano possui uma eminente força filosófica. Partindo da ideia de que os filósofos escrevem para poucos, Strauss comenta, recria e constrói filosofias antigas e modernas. Se há um fio condutor em sua obra, este é a crítica da modernidade, a crítica da filosofia política moderna, devido ao abandono das questões verdadeiramente fundamentais da filosofia: o conhecimento do Ser¹.

O Ocidente observou sua filosofia política decair na mesma medida em que a reinventou. Recuperar os clássicos, para Strauss, não é um exercício intelectual, mas sim uma atividade de compreensão da coisa política e da boa ordem. Não necessariamente negando a inexistência, nem explicitando sua defesa, Leo Strauss parte para a crítica à modernidade apoiando-se na natureza, no direito natural. Sua estratégia não é clara,

¹ STRAUSS, Leo. *What is political philosophy? and other studies*. Chicago: Chicago University Press, 1959. p. 11.

como quase nada em sua obra, mas se utiliza da autoridade dos antigos para também repensar os modernos².

O fundamento primeiro da filosofia política moderna, que se transformará em ciência política, não está em Hobbes, como havia pensado em 1936³, mas sim em Maquiavel. É no florentino que Strauss encontra o começo do fim, o declínio por excelência, caminhando *pari passu* com o surgimento da imoralidade e da irreligiosidade. Poucas coisas parecem atrair mais o filósofo Leo Strauss do que um inimigo à altura, e Maquiavel seria um deles. Este trabalho versa sobre quatro tópicos da interpretação straussiana de Maquiavel: 1) o professor da maldade; 2) o método maquiaveliano; 3) a intenção e 4) o ensinamento. Em linhas gerais, não se pretendeu contrapor ou esmiuçar os comentários de Strauss, mas sim compreender o enfoque e o sentido geral de suas colocações. Aceita-se, aqui, o pressuposto do autor de ser a filosofia política misteriosa e obscura no intuito de compreender seus principais textos referentes a Maquiavel. Nosso esforço, portanto, consiste em ler uma faceta da obra de Strauss como ele o fazia com seus objetos, seguindo a sugestão de Mansfield⁴.

Quase ao chegar à parte central de um ensaio notável sobre o resumo feito por Farabi da filosofia de Platão, Strauss conta-nos que, aproveitando-se da imunidade específica⁵ do comentarista ou do historiador, Farabi resolveu dizer francamente o que pensava.

Parece que é justamente isso que Strauss se propõe fazer com os pensadores sob questão.

1 O professor da maldade

Em quatro filosóficos ensaios publicados conjuntamente sob o título de *Thoughts on Machiavelli* e em outros textos esparsos, Leo Strauss expõe sua posição em relação ao secretário de Florença. Na introdução

² MILLER, Eugene F. Leo Strauss: a recuperação da filosofia política. In: CRESPIGNY, Anthony de; MINOGUE, Kenneth R. (Org.). *Filosofia política contemporânea*. Brasília: UnB, 1979. p. 93-128. Cf. p. 103.

³ MANSFIELD, Harvey. Strauss's Machiavelli. In: _____. *Machiavelli's virtue*. Chicago: Chicago University Press, 1996. p. 219-230. Cf. p. 220.

⁴ MANSFIELD, 1996, p. 223.

⁵ MILLER, 1979, p. 96.

à edição de 1957 aos *Thoughts*, apresenta o sentido dos ensaios e revela, aparentemente, um Maquiavel conhecido pelo senso comum. Pensador e professor da maldade, Maquiavel é tratado como ficou conhecido: como maquiavélico. O termo, mesmo não sendo explorado por Strauss, traduz bem a interpretação do filósofo.

Na Inglaterra se tornou muito difundida expressão “old Nick”, ou simplesmente “Nick”, como referência ao “velho Niccòlo”, também conhecida para designar o próprio demônio e seus feitos. Dessa experiência, particular da Inglaterra, expandiu-se para o vocabulário continental o equivalente, designado por *maquiavelismo*, termo que significa uma atitude ardilosa e inescrupulosa no intuito de sempre se atingir ao fim almejado, sem qualquer limite no modo pelo qual ele se realiza. Surge, então, a expressão, bastante difundida, atribuída a Maquiavel e nunca por ele escrita: “os fins justificam os meios”. Máxima esta que Strauss parece rejeitar como válida para Maquiavel⁶. Os termos, como postos, revelam a profunda maldade do florentino e, além disso, sua total e quase única responsabilidade para com o caráter demoníaco das ações humanas. Nessa esteira, o maquiavelismo ganha força e se consolida ao longo dos séculos como o que de pior o Ocidente moderno pôde inventar e ensinar.

Um esforço, não tão bem sucedido, foi feito no sentido contrário, isso é, explorar um Maquiavel realista, mas não maldoso, um Maquiavel que reconhece o conflito político como legítimo e sustentáculo da liberdade, como interpreta Spinoza no *Tratado Político*; um Maquiavel defensor das repúblicas e das virtudes de Roma antiga, como recorre Montesquieu tanto na *Grandeza e Decadência dos Romanos* quanto em *Do Espírito das Leis*; um Maquiavel que escrevia para as massas se defenderem das atitudes dos príncipes, como ressalta Rousseau em seu *Do Contrato Social*; um Maquiavel que possui a autoridade de um historiador “antigo” como dele se utiliza Hume em seus *Ensaio*s; ou mesmo a capacidade de ver a “verdade efetiva da coisa” como foi feito nos debates intelectuais em torno das Revoluções Americana e Francesa. Mesmo os defensores da *commonwealth* Inglesa, recheada de recepções republicanas antigas e modernas, como Milton, Sidney e, sobretudo, Harrington, tinham Maquiavel como um pensador voltado para

⁶ STRAUSS, Leo. Walker’s Machiavelli. *Review of Metaphysics*, Washington, v. 6, p. 437-446, 1953. p. 439.

a *res publica*, e não para o principado ou monarquia. Admitindo tal esforço, Strauss se posiciona frente a essa tradição interpretativa:

We observe its presence in works of Harrington, Spinoza, Algernon Sidney, Montesquieu, Rousseau, and in The Federalist, and among those upper class Frenchmen who favored the French revolution out of concern for the status of France as a great Power. But this posthumous success of Machiavelli is not comparable in importance to that which came about through the transformation of his scheme – a transformation which was inspired by his own principle ⁷.

Não obstante o resgate feito já no século XX do caráter democrático, liberal e igualitário da obra de Maquiavel, a tradição do “old Nick” ainda coloniza o pensamento e a ação política. Se for possível extrair um ponto realmente conclusivo do pensamento e da tradição maquiavelianos, não seria difícil assumir que são de fato inclassificáveis tanto Maquiavel quanto, sobretudo, seus sucessores e críticos. Compreende-se, desse modo, a dificuldade de se falar em uma *tradição* maquiaveliana, sendo mais prudente trabalhar com a ideia de que existem *tradições* maquiavelianas. Nesse sentido, nos esforçaremos para mostrar o Maquiavel de Leo Strauss, membro e fundamento de uma tradição interpretativa.

A obra de Strauss é um enorme esforço de regaste da filosofia política nos termos em que ele próprio a define. Primeiramente, a filosofia política deve ser compreendida como parte da filosofia e esta, em uma definição admitidamente simplória, se apresenta como o conhecimento do Ser, como o conhecimento do universal. O que importa é a posição da questão no sistema reflexivo, isto é, para haver filosofia é necessário apenas que a pergunta posta seja filosófica⁸. Como parte da filosofia, a filosofia política deve, assim, se debruçar sobre duas questões: qual é a natureza das coisas políticas e qual é a boa ordem, ou a ordem justa⁹. Subjacente a essas questões reside o fato de a filosofia política ser capaz de oferecer respostas; mas, para isso, postula-se a existência natural da coisa política, e conhecer essa natureza é a tarefa do filósofo político por excelência. Desse modo,

⁷ STRAUSS, 1959, p. 47.

⁸ STRAUSS, 1959, p. 11.

⁹ STRAUSS, 1959, p. 12-13.

Strauss faz confluír a filosofia política com sistemas da natureza.

Seu apego aos antigos revela que, por não haver distinções entre o modo do conhecimento da natureza e o da política, se admite um conhecimento preciso da natureza da coisa política. Segundo Strauss, o problema reside no instante em que a reflexão política moderna, de modo abrangente, e a filosofia política moderna, de modo preciso, distinguiram o modo de conhecimento da natureza e do mundo humano. De acordo com ele, não há evidências de que os modernos tenham qualquer razão ou prevalência frente aos antigos nessa matéria. Reside aqui o primeiro fundamento da maldade de Maquiavel.

Machiavelli's longing for classical virtù is only the reverse side of his rejection of classical political philosophy. He rejects classical political philosophy because of its orientation by the perfection of the nature of man¹⁰.

Consciente de sua posição, o florentino falsifica o modo de conhecimento da natureza da política, do certo e do errado, do justo e do injusto e substitui o modo antigo pelo moderno¹¹. A opinião, portanto, suplanta a verdade¹². Contudo, diferentemente do que aqui se expressa como *virtù*, Strauss reconhece a ambiguidade do termo: “*virtù* is for Machiavelli a term of deliberate ambiguity”¹³. Se Maquiavel rejeita a filosofia política clássica, apesar da estima frente à sua *virtù*, o mesmo termo apenas poderia ser ambíguo se for por ele enrustido. A distorção do conhecimento político maquiaveliano carrega consigo a neutralização da moralidade política.

Igualmente consciente de sua posição, Strauss, ao tratar da *virtù* em Maquiavel, em momentos distintos de sua obra, não a classifica de forma clara para o leitor. A ambiguidade do termo consiste, para Strauss, em interpretar, no texto de Maquiavel, os usos que convêm ao seu comentário. A maldade de Maquiavel reside em ser consciente de seu papel na reflexão política. Com ele as formulações dos antigos são recriadas para os tempos

¹⁰ STRAUSS, 1959, p. 103.

¹¹ STRAUSS, Leo. Niccolo Machiavelli. In: _____. *Studies in Platonic Political Philosophy*. Chicago: Chicago University Press, 1983. p. 210-228. Cf. p. 214 e _____. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: Chicago University Press, 1958, p. 289.

¹² STRAUSS, 1959, p. 15.

¹³ STRAUSS, 1953, p. 443-444.

modernos: “Machiavelli breaks with the Great Tradition of moral and political philosophy, the tradition founded by Socrates and culminating in the work of Aristotle; he breaks with the tradition according to which there is *natural right*”¹⁴.

A diversidade do mundo humano não permite que se filosofe sobre ele e, nesse sentido, a filosofia política se precipita em ciência política com Maquiavel¹⁵. Não apenas o seu realismo e historicismo, mas, sobretudo, a incapacidade de compreensão da natureza das coisas políticas fazem de Maquiavel o fundador da disciplina, porque a transforma em ciência e não porque a descobre cientificamente¹⁶. A consequência lógica de tal rompimento é a impossibilidade de se investigar a boa ordem e a justiça. Maquiavel anula as virtudes cardinais ciceronianas e as transforma em liberdade¹⁷, abre caminho para a transformação dos valores morais e, com isso, inverte a fórmula clássica: “one cannot define the good of society, the common good, in terms of virtue, but one must define virtue in terms of the common good”¹⁸. A originalidade do florentino consiste em forjar tais valores pela blasfêmia¹⁹. Somente um homem mau poderia ser capaz de obliterar a investigação filosófica do universalmente reconhecido melhor regime.

2 O método maquiaveliano

Leo Strauss é um filósofo²⁰. Não há consenso entre os especialistas de que Maquiavel seja um filósofo. Para Strauss, a simples oposição filósofo/não filósofo é simplista, o tema é fundamental para ele. Maquiavel não possui um sistema filosófico no sentido em que o termo se tornou basilar do pensamento Ocidental. Por outro lado, Maquiavel se debruça sobre questões e, mais importante, suscita perguntas que não podem ser desclassificadas como filosóficas. Leo Strauss não entra nos pormenores

¹⁴ STRAUSS, Leo. Machiavelli and Classical Literature. *Review of National Literatures*, Smyrna DE, v. 1, p. 7-25, 1970. Cf. p. 10.

¹⁵ STRAUSS, 1983, p. 212 e STRAUSS, 1959, p. 289.

¹⁶ STRAUSS, Leo. *Natural Right and History*. Chicago: Chicago University Press, 1965. p. 178.

¹⁷ STRAUSS, 1959, p. 36.

¹⁸ STRAUSS, 1959, p. 42.

¹⁹ STRAUSS, 1959, p. 41.

²⁰ MILLER, 1979, p. 95.

desse debate, mas trata Maquiavel como um par, cujas questões filosóficas levam a respostas não-filosóficas. A observação aguda de um pensador do século XX, escrevendo quatrocentos anos após seu objeto, revela a temporalidade de um diálogo que apenas o pensamento filosófico pode oferecer. O leitor pode identificar nos ensaios um Maquiavel despido de tradições que o fizeram conhecido. Por isso, talvez seja mais prudente afirmar que Leo Strauss não comenta Maquiavel, mas, sim, seus escritos.

De acordo com Strauss, Maquiavel é um cientista político. O termo “cientista”, ou “ciência”, é por vezes utilizado de modo pejorativo, dependente da filosofia: “The sciences, both natural and political, are frankly non-philosophic. They need philosophy of a kind: methodology or logic”²¹. É essa lógica que Maquiavel transfere para a política através de um pressuposto valorativo neutro, e falso²². Por definição, a ciência política não é capaz de anular valores, mas apenas formular um discurso que se mostra pretensamente neutro. A maldade está por trás das palavras, nos objetos escondidos, nos objetivos obscuros, “between the lines”²³. Os tratados políticos são escritos para poucos²⁴ e apenas uma leitura atenta e demorada dos mesmos torna as obras compreensíveis.

Leo Strauss aborda a obra de Maquiavel, em particular seus dois textos principais, *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, de modo isolado. Diferentemente de comentadores posteriores, como na já estabelecida interpretação oriunda da Escola de Cambridge, Strauss não busca compreender a obra inserida no contexto, não procura explicações históricas ou biográficas que possam justificar os escritos. Pelo contrário, o esforço de Strauss, ao tratar de um colega de trabalho, é justamente o de isolar os termos, buscar nas palavras o conjunto da obra, verificar, pormenorizadamente, as oposições e as complementaridades dos conceitos e dos assuntos.

A exaustão das interpretações de *O Príncipe* e dos *Discursos* revela um Maquiavel único e, simultaneamente, multifacetado, um Maquiavel que possui uma intenção e um ensinamento. “We thus regard the simple

²¹ STRAUSS, 1959, p. 14.

²² STRAUSS, 1959, p. 22.

²³ STRAUSS, 1953, p. 443.

²⁴ STRAUSS, 1959, p. 13.

opinion about Machiavelli as indeed decisively superior to the prevailing sophisticated views, though still insufficient”²⁵. A simplicidade da opinião sobre Maquiavel é quase uma caricatura, não há nada de simples em sua leitura²⁶. Contendo desde análises recorrentemente retomadas ao longo dos ensaios sobre uma palavra em especial, até mesmo a contagem dos capítulos e o significado de suas numerações em comparação com outros textos do próprio Maquiavel e de autores antigos como Tito Lívio²⁷, a interpretação se mostra profunda. Nessa complexidade, Strauss aborda a obra maquiaveliana. A “simples opinião” pode ser vista, no fundo, como uma crítica às interpretações pessimistas de Maquiavel, não por suas conclusões, mas por seu método reducionista. É possível concluir que Maquiavel era um homem mau²⁸ sem reduzir seu pensamento. Com isso, Strauss pretende ensinar aos estudiosos de Maquiavel que eles nada entendem do florentino²⁹.

Uma interpretação específica de Strauss ajuda na compreensão deste ponto:

*The tradition which Machiavelli continues, while radically modifying it, is not, as Voegelin suggests, that represented by Joachim of Floris, for example, but the one which we still call, with pardonable ignorance, the Averroistic tradition*³⁰.

Não há evidência na obra de Maquiavel que tenha ele tido contato com os textos de Averróis, mas, para Strauss, isso não importa, mesmo que o próprio Strauss argumente em cima das referências explícitas³¹. O diálogo filosófico perpassa as barreiras temporais e espaciais. Maquiavel é parte dessa tradição pelo conteúdo realista de suas proposições políticas. Outro exemplo dessa perspectiva é o comentário do fato de *O Príncipe* ter 26 capítulos e 26, na tradição judaica, ser a representação do nome de Deus.

²⁵ STRAUSS, 1958, p. 12-13.

²⁶ MANSFIELD, 1996.

²⁷ STRAUSS, 1958, p. 41.

²⁸ STRAUSS, 1958, p. 9.

²⁹ MANSFIELD, 1996, p. 219.

³⁰ STRAUSS, 1959, p. 102.

³¹ STRAUSS, 1970, p. 23.

“But did Machiavelli know of this? I do not know”³². Não é a história, ou mesmo os acontecimentos factuais, que permite entrever as explicações, o conhecimento propriamente. Na obscuridade dos termos, nas palavras incrustadas precisamente, Strauss descobre o ensinamento e a intenção do florentino. “Strauss lamenta o fato de que a investigação acerca da história da filosofia política tenha substituído a filosofia política propriamente dita pelo ensino e pesquisa da história”³³. Por isso, a história, em si, não importa. Nesse sentido, a possível recepção de Averróis por Maquiavel não diz respeito à esfera das pesquisas filosóficas.

Diferentemente da tradição do “old Nick”, Leo Strauss reconhece a profundidade de Maquiavel. Debruça-se sobre o texto de modo sério³⁴ e não conclui, precipitadamente, suas proposições. Mesmo compartilhando da visão tradicional do “old Nick”, a simples opinião, Strauss o trata com respeito e procura justificar cada interpretação com o texto original. Assim, o filósofo não cai na armadilha de ver um Maquiavel conselheiro da maldade por um simples oportunismo, como fazem outros intérpretes. Nesse sentido, Strauss se diferencia da visão tradicional de Maquiavel não por sua interpretação final dos ensinamentos do secretário de Florença, mas pela forma rigorosa com que ele o trata. A abordagem straussiana de Maquiavel é respeitosa e, por isso, se diferencia da visão do “old Nick”, que não busca o sentido da obra. Por isso, a textualidade das palavras nas leituras de Leo Strauss se faz tão importante.

3 A intenção de Maquiavel

A percepção da intenção de Maquiavel pode ser verificada na extensa interpretação de Leo Strauss sobre as dedicatórias de *O Príncipe* e a dos *Discursos*³⁵. Para ele, a relação dos dois textos é obscura e, em grande medida, inconclusiva. Entretanto, é possível extrair o objeto de cada um desses livros: *O Príncipe* dedica-se ao principado e os *Discursos* dedicam-se tanto às repúblicas quanto aos principados³⁶. Não entraremos nos detalhes

³² STRAUSS, 1983, p. 223.

³³ MILLER, 1979, p. 95.

³⁴ STRAUSS, 1958, p. 36.

³⁵ STRAUSS, 1983, p. 216.

³⁶ STRAUSS, 1958, p. 16.

desta interpretação, mas o fato de Maquiavel não ser um cientista político neutro³⁷ justifica a existência de uma intenção única nos dois textos camuflada de dois objetos diferentes. As máximas aplicáveis a todos os governos, repúblicas ou principados, diminuem a ideia de um Maquiavel preocupado com a forma de governo e, por isso, pouco inserido na tradição republicana. Posicionando-se sempre a favor da eficácia das ações dos regimes, Maquiavel não pode, mesmo que tente, esconder sua intenção de construir um efetivo governo sobre os homens.

A maneira pela qual *O Príncipe* se prolonga adentro dos *Discursos* permite compreender a superioridade das máximas de governo sobre qualquer regime, uma vez que *O Príncipe* é a síntese dessas máximas. A camuflagem da verdadeira intenção dos *Discursos* pode ser percebida na medida em que as contradições internas do próprio texto são expostas por seu próprio autor. Raramente Leo Strauss constrói críticas externas às proposições maquiavelianas; sua preocupação reside mais nas críticas internas pela via da contradição, percebendo as contradições, de modo que o sentido original da obra se revele. De maneira geral, Strauss aceita as colocações de Maquiavel, sejam elas históricas ou analíticas. Isso mostra que a preocupação de Strauss é menos em perceber as fontes do texto maquiaveliano do que compreender sua maneira de abordar os temas. Por aí se compreende a necessidade de buscar as contradições no intuito de esclarecer o verdadeiro sentido da obra.

A maneira mais esclarecedora encontrada por Leo Strauss para expor as contradições internas é se utilizando dos exemplos maquiavelianos, ou seja, o que Maquiavel faz com a história e com os historiadores³⁸, Leo Strauss faz com Maquiavel. Ambos procuram no texto de quem se está a comentar o que se intenta mostrar. Para Leo Strauss, Maquiavel molda e distorce seus exemplos³⁹. E Strauss não argumenta a partir de uma verificação histórica, mas sim por uma contradição interna e ambígua na construção dos próprios exemplos utilizados por Maquiavel. O que importa é a conveniência e a oportunidade do uso do exemplo histórico e não o exemplo

³⁷ STRAUSS, 1958, p. 20.

³⁸ STRAUSS, 1953, p. 438.

³⁹ STRAUSS, 1970, p. 23.

em si⁴⁰. Desse modo, o método maquiaveliano é utilizado por Leo Strauss contra o próprio Maquiavel, assim como este moldou a *História de Roma* de Tito Lívio. O tema do bem comum é um exemplo disso. A partir da aproximação do príncipe com o tirano e, em seguida, de sua diferenciação, Strauss mostra a contradição e levanta uma questão que reflete bem sua abordagem:

We are therefore compelled to raise this question: does he regard the distinction between princes and tyrants as ultimately valid or not? does he regard the common good as the ultimate criterion or not? or does he think that these questions do not permit of a simple answer but require for their answer a distinction? We are compelled to raise the question as to whether Machiavelli's perspective is identical with that of the Prince or with that of the Discourses or whether it is different from both perspectives⁴¹.

Em seguida, afirma que a questão somente pode ser respondida lendo os livros de Maquiavel como ele próprio lia Tito Lívio: tomando-o como autoridade⁴², mas seguindo seu próprio plano⁴³. Desse modo, Tito Lívio está para Maquiavel assim como Maquiavel está para Leo Strauss; por esse caminho, Strauss busca mostrar a grandeza e a maldade de Maquiavel. Por exemplo, a paródia que Maquiavel faz com a escolástica, com relação a estratégias militares⁴⁴, é reproduzida na “simplicidade” da análise de Strauss, claramente uma paródia aos comentadores de Maquiavel. A maldade pode ser verificada aplicando a lição de Maquiavel ao seu próprio texto⁴⁵.

Em *O Príncipe* a distinção entre tirano e príncipe é inexistente justamente porque esse opúsculo é dedicado a um príncipe. Mesmo que esse não seja tirano, a eficácia da ação do príncipe não pode se pautar pelo bem comum, mas apenas pela realização das ações⁴⁶. Assim, a distinção entre príncipe e tirano não é importante para a intenção do tratado⁴⁷. Importante

⁴⁰ STRAUSS, 1958, p. 45.

⁴¹ STRAUSS, 1958, p. 29.

⁴² STRAUSS, 1958, p. 41; STRAUSS, 1970, p. 17 e STRAUSS, 1983, p. 218.

⁴³ STRAUSS, 1970, p. 14.

⁴⁴ STRAUSS, 1958, p. 41.

⁴⁵ STRAUSS, 1958, p. 30-31.

⁴⁶ STRAUSS, 1959, p. 41.

⁴⁷ STRAUSS, 1958, p. 31.

destacar que a maldade de Maquiavel não reside em valores absolutos – mesmo que, por vezes, Leo Strauss cite a irreligiosidade e imoralidade como caracteres dessa maldade – mas sim pela intenção camuflada. A maldade de Maquiavel consiste em esconder sua verdadeira intenção, de modo que possa se apresentar como republicano aos republicanos e principesco aos príncipes⁴⁸. O ardil de sua intenção revela sua correspondente maldade.

O caráter institucional dessa perspectiva parte da interpretação da constância da natureza humana. Sendo os homens como são e como sempre foram, resta manejar os instrumentos políticos de modo que o resultado seja alcançado, seja ele a glória, seja o bem comum⁴⁹. Portanto, abdicar da questão filosófica sobre a natureza humana é esconder a verdadeira intenção do autor. Deriva-se daí que o pressuposto da ciência política de Maquiavel seja uma formulação filosófica⁵⁰. Nesse sentido, pode-se dizer que “Machiavelli is a *political* philosopher”⁵¹, mas não no sentido antigo de filósofo como aquele que persegue o conhecimento da natureza das coisas⁵² e da boa sociedade⁵³.

Note-se, ainda, que Leo Strauss não justifica essa intenção, como fazem outros comentadores, pelo interesse próprio de Maquiavel, nem sequer entra em méritos biográficos que possam auxiliar nesta compreensão; este ponto não é objeto de Strauss. Ora, se a intenção maldosa de Maquiavel não possui justificativas no ganho pessoal, nem no bem comum, o que o faz ter a intenção que tem? Dificilmente esta pergunta pode ser respondida apenas utilizando o texto de Leo Strauss, mas seu método nos auxilia. Segundo Strauss, para o Maquiavel dos *Discursos* o que não está contido em Tito Lívio não é tema a ser abordado⁵⁴, logo, não tem relevância para o que se quer dizer. Ao utilizar o mesmo critério de Maquiavel para tratar de sua própria obra, Leo Strauss, ao deixar questões inconclusivas, nos passa a mensagem de que não são relevantes, porque não precisam ser

⁴⁸ STRAUSS, 1958, p. 40.

⁴⁹ STRAUSS, 1959, p. 42 e STRAUSS, 1983, p. 214.

⁵⁰ STRAUSS, 1965, p. 177.

⁵¹ STRAUSS, 1970, p. 10.

⁵² STRAUSS, 1959, p. 10-11.

⁵³ STRAUSS, 1970, p. 10 e STRAUSS, 1959, p. 35.

⁵⁴ STRAUSS, 1958, p. 32.

abordadas. Nesse sentido, o que Leo Strauss não aborda não é importante para a compreensão de sua interpretação de Maquiavel. Assim, a resposta à pergunta acima formulada não é importante ou possui uma finalidade em si. Por isso, a maldade de Maquiavel é tão profunda, porque não se justifica.

A conclusão de Leo Strauss sobre a intenção de Maquiavel é clara: “we may say that the determination to transgress that prohibition *sanza alcuno rispetto*, is of the essence of Machiavelli’s intention”⁵⁵. Não especificando qual proibição, é possível concluir que ela não é importante, logo, o que importa é transgredir. A transgressão, sem justificativa, é a essência da intenção de Maquiavel. Em *What is political philosophy?* Strauss permite a seu leitor refletir indiretamente sobre o objeto da transgressão. O abandono da filosofia política moderna das questões clássicas mostra a decadência desse conhecimento e sua substituição pela ciência. O que para os antigos era evidente, a natureza da coisa política e o bom regime, para os modernos se torna contingencial⁵⁶. Restrita ao tempo e ao espaço, a filosofia política moderna, ao se precipitar em ciência, destrói a filosofia política clássica. Transgredir, portanto, é refazer o conceito de política *sanza alcuno rispetto*.

4 O ensinamento

Dentre os quatro ensaios publicados conjuntamente, dois dedicam-se aos ensinamentos de Maquiavel. Segundo Strauss, *O Príncipe* e os *Discursos* são o núcleo de seu conhecimento, por isso, a descoberta dos novos *modos e ordenações* traz uma crítica lógica à moralidade estabelecida. Tendo descoberto um novo continente para a política, Maquiavel pretende neutralizar os valores morais e religiosos. Diferentemente de outros comentadores, Strauss não interpreta Maquiavel como contrário à religiosidade ou à moralidade. Para ele, estas categorias são neutras, ou seja, são despidas de conteúdo. Isto não significa que a política deve, necessariamente, subverter a ordem religiosa e moral. Porém, a partir da descoberta dos *novos modos e ordenações*, o mundo da ação humana, na visão de Strauss, não pode mais ser concebido como dependente dos valores morais; estes se colocam à disposição da política. A transgressão do conceito de filosofia política e da

⁵⁵ STRAUSS, 1958, p. 40.

⁵⁶ MILLER, 1979, p. 98.

própria coisa política permitiu que a religião e a moralidade se tornassem meros instrumentos. O utilitarismo contido nessa interpretação não permite a negação dos valores.

A descoberta desse novo continente traz consigo a necessidade imperativa de reprimir a autoridade religiosa e não o valor da religiosidade⁵⁷. Como um novo Colombo, Maquiavel percebe que o critério para se interpretar a ação política é apenas a eficácia, a realização⁵⁸. Entretanto, afirma Leo Strauss, Maquiavel não é um cientista político neutro, apesar de poder ser tratado como cientista político no sentido de compreender a *verdade efetiva da coisa*. A neutralização dos valores morais e religiosos teria, por consequência, uma interpretação da atividade política igualmente neutra, uma vez que o critério de julgamento da política é a eficácia, mas não é isso que ocorre. Maquiavel possui um programa que, camuflado de neutralidade, pretende modificar o velho continente com a descoberta dos *novos modos e ordenações*. Surge daí seu efetivo ensinamento.

O sentido da religião na obra de Maquiavel foi largamente debatido por seus intérpretes; para Leo Strauss

*Machiavelli uses the term 'religion' in two senses. He uses 'religion' synonymously with 'sect' and understands by it a mixed body, or a society of a certain kind. 'Sect' is used also in the sense of 'party', i. e., an association whose end is not identical with the common good of a particular state*⁵⁹.

Assim, o caráter divino da religião se perde à medida que a associação possui um objetivo exclusivamente humano. Portanto, a irreligiosidade de Maquiavel se passa menos por uma disputa de seu conteúdo moral do que pela politização de seus efeitos. A mesma interpretação pode ser feita com relação à moralidade: “His discussion of morality has fundamentally the same character as his discussion of religion”⁶⁰.

Maquiavel não é contra a moral e a religião, ele apenas ensina que a moral e a religião não são mais critérios sustentadores da atividade

⁵⁷ STRAUSS, 1953, p. 439.

⁵⁸ STRAUSS, 1958, p. 199 e STRAUSS, 1983, p. 219.

⁵⁹ STRAUSS, 1958, p. 225.

⁶⁰ STRAUSS, 1958, p. 231.

humana; em seu lugar, a política mostra a capacidade de dominar tudo a sua volta e de tudo se utilizar, inclusive dos valores morais e religiosos. Diversos argumentos humanísticos são mobilizados no intuito de diminuir a posição religiosa: “Since man is by natural necessity compelled to be ungrateful to man, he has no reason to be grateful to God”⁶¹. E, “as Machiavelli suggests shortly thereafter, states are natural things: no state, not even the state founded by Moses, has a supernatural basis”⁶². Por natural entende-se aqui a inexistência do sobrenatural, ou seja, por natureza, o Estado é exclusivamente humano. A restrição da política ao mundo humano torna o ensinamento maquiaveliano mais claro; os novos *modos e ordenações* não são apenas descobertas de um novo mundo inevitável que se apresenta, são também a defesa de uma nova maneira de se pensar a política⁶³.

Tendo se enraizado rápida e eficazmente pelo Ocidente, o cristianismo o levou à decadência. Dentre os profetas armados, Moisés merece destaque não pela moralidade embutida em seus atos, mas pela política, pela realização. Jesus, ao contrário, foi um profeta desarmado; com ele não poderia ter o Ocidente outro destino que não a ruína⁶⁴. Não há aqui qualquer referência de Strauss à falha nos valores morais e religiosos, mas o fato de ser Jesus um profeta desarmado embute em toda a tradição cristã o mesmo que levou à derrocada de Roma. Ao perder a virtude, a república legou-se à decadência pela ausência de glória em seus atos. Mais uma vez, um paralelo se faz necessário. De acordo com Leo Strauss, as ciências sociais, e particularmente Max Weber⁶⁵, partem do positivismo e do historicismo, ambos equivocados em seus pressupostos filosóficos. Entretanto, pretendem revelar a impossibilidade do confronto de valores, o que leva ao fim da filosofia política⁶⁶. Ora, segundo Strauss, foi Maquiavel o primeiro a afirmar que a mudança de valores levou o Ocidente à sua baixa condição, após a queda de Roma. Tanto para Strauss, quanto para sua interpretação de Maquiavel, o rompimento com valores clássicos deixa como legado o

⁶¹ STRAUSS, 1958, p. 198.

⁶² STRAUSS, 1958, p. 204.

⁶³ STRAUSS, 1983, p. 221.

⁶⁴ STRAUSS, 1959, p. 44.

⁶⁵ STRAUSS, 1959, p. 23.

⁶⁶ STRAUSS, 1965, p. 63-68.

fim de uma era gloriosa. Novamente, o que Strauss afirma de Maquiavel se mostra possível de se afirmar para o próprio Strauss.

Não obstante os pontos de contato entre os autores e a exposição da filosofia política straussiana via Maquiavel, a aversão de Strauss para com o florentino parece ter raízes mais profundas. Em *Natural Right and History*, Strauss traça a diferença entre esses conceitos na filosofia política antiga e moderna. Retoma a crítica ao historicismo e ao positivismo como formas menores de conhecimento sempre no intuito de se deixar entrever uma defesa implícita do direito natural. Caminhando pelos autores, Strauss argumenta que a decadência da filosofia política na modernidade se refere fundamentalmente à decadência do reconhecimento da validade do direito natural:

*The possibility of philosophy does not require more than that the fundamental problems always be the same; but there cannot be natural right if the fundamental problem of political philosophy cannot be solved in a final manner*⁶⁷.

O responsável por tal negação foi Maquiavel: “Machiavelli denies natural right”⁶⁸.

Nesse ponto específico, Leo Strauss une as críticas a Maquiavel e ao maquiavelismo em um único fundamento, isto é, a liberação política dos fundamentos naturais da moralidade fez de Maquiavel o verdadeiro arquiteto da maldade camuflada de ciência. “Natural public law represents one of the two characteristically modern forms of political philosophy, the other form being ‘politics’ in the sense of Machiavellian ‘reason of state’”⁶⁹. Em nenhum ponto do livro, Strauss se abre suficientemente para que se afirme sua defesa do direito natural, mas sua crítica a Maquiavel reforça tal interpretação: “Machiavelli’s admiration for the political practice of classical antiquity and specially of republican Rome is only the reverse side of his rejection of classical political philosophy”⁷⁰. E fica mais claro ainda na passagem que se segue: “There is no superhuman, no natural, support for justice. All human things fluctuate too much to permit their subjection

⁶⁷ STRAUSS, 1965, p. 35.

⁶⁸ STRAUSS, 1965, p. 162.

⁶⁹ STRAUSS, 1965, p. 190.

⁷⁰ STRAUSS, 1965, p. 178.

to stable principles of justice”⁷¹. Ora, se não existem suportes naturais ou sobrenaturais à justiça, dificilmente se concluiria que ela existe em algum lugar. Para Maquiavel, a justiça não existe porque não existe direito natural e porque os homens são incapazes de inventá-la. Neutralizar o direito natural, ao negá-lo, leva Maquiavel a uma política prospectiva. O projeto maquiaveliano tem como pressuposto uma intenção própria: a unificação da Itália⁷².

De acordo com Strauss, o patriotismo de Maquiavel e sua busca pela unidade italiana sugerem que sua descoberta não seja apenas um ensinamento da *verdade efetiva da coisa*⁷³, mas também um ensinamento do que deve ser feito: “for no science can be possessed perfectly without practice”⁷⁴. Nesse ponto, mais uma vez, as ideias estão camufladas. A unidade étnica e linguística⁷⁵ é suficiente para justificar uma ação unificadora, que, deseja ele, nem mesmo a Igreja pode conter. Assim, a sua descoberta se une ao seu programa; a revelação de um novo mundo está a serviço da salvação de sua pátria. Expõe-se, então, a maldade de Maquiavel, em não apenas camuflar suas intenções, mas também em camuflar seus ensinamentos.

A partir dessa camuflagem, Maquiavel se coloca confortável o suficiente para expor seus temas efetivamente políticos como a *virtù* e a *fortuna*, a expansão, a fundação e a sustentação, o papel do povo e dos grandes no seio do Estado e a composição do governo. Leo Strauss parece colocar a natureza humana como uma categoria anterior à política, pois Maquiavel dela se utiliza tanto para camuflar seus ensinamentos quanto para levar o leitor a crer que a ciência não pode se separar da prática. Pela tendência natural ao pecado⁷⁶, o estabelecimento do governo sobre os homens não pode ser limitado às categorias religiosas e morais. Assim, a liberação da temática religiosa é, para um leitor desatento, justificada integralmente pela natureza humana. Mas, de fato, a agenda de unificação italiana é a *verdade efetiva da coisa* política⁷⁷.

⁷¹ STRAUSS, 1965, p. 178-179.

⁷² STRAUSS, 1965, p. 187.

⁷³ STRAUSS, 1958, p. 232.

⁷⁴ STRAUSS, 1958, p. 233.

⁷⁵ STRAUSS, 1958, p. 187.

⁷⁶ STRAUSS, 1958, p. 190.

⁷⁷ STRAUSS, 1983, p. 215 e STRAUSS, 1970, p. 11.

O que Maquiavel esconde não é sua teoria da natureza humana ou suas máximas de governo, mas seu ensinamento. Sabe-se, claramente, a posição de Maquiavel com relação a essas categorias, mas não se sabe que seu ensinamento não pode ser desacompanhado da prática; no caso, de sua agenda, da unificação da Itália. Leo Strauss mostra como o conhecimento de Maquiavel está subordinado ao seu programa, daí sua maldade multifacetada em blasfêmias⁷⁸.

Nesse sentido, mais uma vez, Leo Strauss traça críticas internas aos escritos de Maquiavel. Nos momentos em que Strauss parece apresentar críticas externas, ou seja, atribuindo valoração às colocações de Maquiavel, o filósofo coloca-se como par do florentino. Assim como Maquiavel, valorando feitos de Moisés, Numa e Savonarola⁷⁹, não enfraquece a importância desses personagens, Strauss também não o faz ao valorar Maquiavel. Assim, segundo o próprio Strauss, o ensinamento de Maquiavel pode ser mais bem compreendido na medida em que se leiam suas interpretações internas, não valorativas dos feitos dos antigos. A contribuição para o entendimento de Maquiavel reside, pois, na intenção e no ensinamento de Strauss de ler Maquiavel como um pensador que camufla seus objetos de estudo. O diálogo entre Maquiavel e Strauss pode ser entendido como um diálogo entre pares, de modo que, pelo ardil de Leo Strauss, é revelada a posição de Maquiavel e, pelo ardil de Maquiavel, são revelados os novos *modos e ordenações*.

RESUMO

Este artigo apresenta as linhas gerais da interpretação de Leo Strauss sobre Maquiavel. Partindo da premissa straussiana de que os pensadores políticos escrevem para poucos e somente podem ser compreendidos à luz das profundezas de seus escritos, argumenta-se que a maldade de Maquiavel reside em seu ensinamento e intenção camuflados. Primeiramente, porque o florentino esconde sua negação do direito natural, e com ela a justiça e o bom governo. Em segundo lugar, porque o programa maquiaveliano de unificação da Itália está a serviço de sua reflexão política. As contradições internas de Maquiavel são o modo pelo qual Strauss expõe os fundamen-

⁷⁸ STRAUSS, 1970, p. 17.

⁷⁹ STRAUSS, 1958, p. 205.

tos do autor. Falsamente como um novo Colombo, Maquiavel inventa os novos *modos e ordenações*, isto é, a dimensão realista da política – a *verdade efetiva da coisa* – está submetida ao seu patriotismo. Portanto, a maldade de Maquiavel consiste menos em sua interpretação da natureza humana ou mesmo negação da justiça e do bom governo e mais em colocar a política em um lugar distinto do que os filósofos fazem. Como exclusividade do mundo humano, a política somente pode ser vista como realização e eficácia. Camuflar a intenção e o ensinamento é a *verdade efetiva* da maldade de Maquiavel.

Palavras-chave: Strauss. Maquiavel. Política. Maldade.

ABSTRACT

This paper presents the general lines of Leo Strauss's interpretation about Machiavelli. Assuming the straussian premise that political thinkers write for few readers and that they can only be understood through the subtleties of their writings, it is argued that Machiavelli's wickedness as a writer suggests the existence of a hidden intention revealing a hidden doctrine. Firstly because the florentine hides his denial of natural right and consequently of the just and good government. Secondly because his agenda of an unification of Italy depends on his political reflection. The internal contradiction of Machiavelli appears in the way Strauss sets out the reasons for which an author writes. Falsely like new Columbus, Machiavelli invents the new modes and orders, and the realistic dimension of politics – the effective true of the thing – are subject to his patriotism. Therefore Machiavelli's wickedness consists less in his interpretation of human nature or even the denial of just and good government than in putting politics in a different place than philosophers usually do. As exclusivity of the human world, politics can only be seen as an achievement and effectiveness. To hide the intent and the effective teaching is the truth of Machiavelli's wickedness.

Key-words: Strauss. Machiavelli. Politics. Evil.